



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1805229 - DF (2020/0330108-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : A N DE S
REPR. POR : L M N DE S J
ADVOGADO : STEPHANY STASIAK RODRIGUES DE LIMA MARTINS -
DF046459
AGRAVADO : M L DE S A
ADVOGADA : ALINE SILVA - DF023338

DECISÃO

Cuida-se de tutela de urgência apresentada pelo Espólio de Altino Nunes de Sousa em que se requer a concessão de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios nos autos de inventário em que foi excluído da partilha determinado bem imóvel.

O requerente alega que a matéria em debate, contrariamente ao entendimento exarado na decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que inadmitiu o recurso especial interposto, não esbarra na Súmula n 7 do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que presentes na referida decisão violação dos arts. 1.658, 1659, II, 1.660, I, 1.790, todos do Código Civil.

Pleiteia a concessão de efeito suspensivo para suspender a tramitação dos autos de inventário (Proc. 0000874-45.2012.8.07.0017), nos termos do art. 1.029, § 5º, do CPC.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Preliminarmente, resalto não ser possível, em regra, a concessão de efeito suspensivo a recurso especial não admitido na origem. A propósito, confira-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL. MEDIDA CAUTELAR. EFEITOS SUSPENSIVO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUMUS BONI IURIS NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A concessão de efeito suspensivo a recurso especial cujo seguimento foi indeferido na origem somente se justifica, em caráter excepcional, se demonstrada forte possibilidade de êxito do recurso, associada ao periculum in mora, circunstâncias não evidenciadas no caso em exame.

2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg na MC 18.760/SP, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 15/10/2012, grifo meu.)

Outrossim, sabe-se que o deferimento da tutela de urgência para conferir efeito suspensivo a recurso especial somente é possível quando presentes, concomitantemente, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. A propósito, veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO. AÇÃO RESCISÓRIA (ART. 966, VIII, § 2º, DO CPC/2015). ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA (ART. 300 DO CPC/2015). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PERICULUM IN MORA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA.

1. Em preliminar, cumpre receber o pedido de reconsideração como agravo regimental.

2. Na hipótese em análise, o requerente busca a concessão de tutela de urgência nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil de 2015 para que sejam suspensos os processos de execução do julgado que visa rescindir por meio da ação rescisória. A propósito, sustenta a plausibilidade do direito invocado na ação rescisória e a existência de prejuízo irreversível inerente à continuidade dos processos de execução.

3. O artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015 exige para a concessão da tutela de urgência a presença cumulativa dos requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora, sendo que a ausência de qualquer dos requisitos referidos obsta a referida pretensão.

4. Ademais, impende destacar que o ajuizamento de ação rescisória não impede o prosseguimento da decisão que visa ser rescindida, nos termos do artigo 966 Código de Processo Civil de 2015: "A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória."

5. O requerente, entretanto, não comprovou o periculum in mora, apto a determinar a suspensão da execução do julgado. A simples alegação no sentido de que os valores executados equivalem a mais de oitenta por cento do valor de sua folha de pagamento pessoal, isso num momento terrível por que passa a economia do país" (fl. 129 e-STJ), não é suficiente para comprovar o referido requisito, principalmente quando não apresentado nenhum documento que comprove tais alegações. Não obstante, como cediço, a alegação da ocorrência de atos de execução do julgado, por si só, não é suficiente para a configuração de risco de dano jurídico irreversível. 6. Agravo interno não provido. (RCD na AR 5.879/SE, de minha relatoria, Primeira Seção, DJe de 8/11/2016, grifo meu.)

Na espécie, o requerente deixou de demonstrar o *periculum in mora*, atendo-se a defender tão somente possíveis prejuízos decorrentes da continuidade do processamento do inventário supracitado, sem a inclusão do referido imóvel, fatos esses insuficientes a alterar o curso regular do presente recurso especial.

Considere-se ainda, a inexistência de prova de que qualquer medida de urgência tenha sido realizada pelo Juízo de primeiro grau durante o período de recesso judiciário, quando os prazos processuais se encontram suspensos.

Ante o exposto, diante da ausência do *periculum in mora*, indefiro o pedido de tutela provisória de urgência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente